

COLETIVO AMARRAÇÕES:
PSICANÁLISE E POLÍTICAS COM JUVENTUDES.

JUVENTUDES E CONTEMPORANEIDADE:
REFLEXÕES E INTERVENÇÕES.

ORGANIZAÇÃO:
Jacqueline de Oliveira Moreira



ORGANIZAÇÃO:
JACQUELINE DE OLIVEIRA MOREIRA

**JUVENTUDES E CONTEMPORANEIDADE:
REFLEXÕES E INTERVENÇÕES**



Santa Cruz do Sul
EDUNISC
2020

Coleção

COLETIVO AMARRAÇÕES: Psicanálise e Políticas com Juventudes

© *Copyright*: dos autores

1ª edição 2020

Direitos reservados desta edição:

Universidade de Santa Cruz do Sul

Capa: Denis Ricardo Puhl

Editoração: Clarice Agnes

PARECERISTAS:

Aline Souza Martins (Faculdade Anhangueira-Osasco/SP)

Ângela Bucciano do Rosário (PUC Minas)

Ana Claudia Rena (PUC Minas)

Bianca Ferreira Rodrigues (PUC Minas)

Carolina Nassau Ribeiro (UFMG)

Christiane Odete Matozinhos (UFMG)

Daniela Viola Dutra (UEMG)

Elisa Santa Cecília Massa (UFMG)

Fídias Siqueira (UFMG)

Marcio Rimet Nobre (UFMG)

Monica Eulália Silva (UFMG e Pitágoras)

Sônia Wan Der Maas Rodrigues (UNIFOR)

J97	Juventudes e contemporaneidade [recurso eletrônico] : reflexões e intervenções / organização: Jacqueline de Oliveira Moreira. - 1. ed. - Santa Cruz do Sul : EDUNISC, 2020. (Coleção Coletivo amarrações : psicanálise e políticas com juventudes). Dados eletrônicos. Texto eletrônico. Modo de acesso: World Wide Web: www.unisc.br/edunisc Inclui bibliografias. ISBN 978-65-990443-2-8 1. Psicologia do adolescente. 2. Jovens – Saúde mental. 3. Serviço social com adolescentes. 4. Direitos dos adolescentes. I. Moreira, Jacqueline de Oliveira. II. Série. CDD: 155.5
-----	---

Bibliotecária responsável: Muriel Thürmer – CRB 10/1558



A PESQUISA PSICANALÍTICA COM ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI E AS POLÍTICAS DE SOBREVIVÊNCIA: REFLEXÕES ÉTICO-POLÍTICAS EM TEMPOS SOMBRIOS

Rose Gurski
Stéphanie Strzykalski
Cláudia Perrone

Nos últimos anos, potencializamos as investigações que desenvolvemos¹ no campo da socioeducação a partir da parceria com uma instituição responsável pela execução de medidas de privação e restrição de liberdade. Através do dispositivo que temos nomeado de *Rodas de R.A.P.* (GURSKI; STRZYKALSKI, 2018a), ofertamos um espaço de circulação da palavra, articulado a narrativas musicais, para adolescentes em conflito com a lei dentro da própria Unidade em que estão acautelados.

Cada vez mais, esse trabalho de escuta junto à socioeducação tem nos levado a refletir sobre as relações entre psicanálise, ética e política (GURSKI, 2017; GURSKI; STRZYKALSKI, 2018a; GURSKI; PERRONE, no prelo). Isso, sobretudo, porque o público alvo de nossas ações de pesquisa-extensão são adolescentes e jovens oriundos de contextos de violência e vulnerabilidade social. Referimo-nos a territórios, instituições e discursos que, de forma simbólica e/ou concreta, atuam violando direitos e garantias fundamentais² desses indivíduos.

Vivenciar o cotidiano institucional do sistema socioeducativo, bem como escutar os relatos trazidos pelos jovens nas *Rodas*, propiciou, de maneira intensa, o encontro com aquilo que Debieux (2016) nomeia de dimensão sociopolítica do sofrimento. Trata-se da experiência de alguns sujeitos frente à impossibilidade de acesso simbólico aos modos de gozo de nosso tempo como efeito da exclusão socioeconômica e dos discursos individualizantes, criminalizadores, patologizantes e racistas promovidos, muitas vezes, pelo Estado e legitimados socialmente.

A referida dimensão sociopolítica do sofrimento apresenta-se, por exemplo, na narrativa feita por Ademar³ – um jovem negro que participou das *Rodas*, morador de periferia e envolvido com o tráfico. Ele contou que, certo dia, estava caminhando com um de seus *parceiros* sem saber que esse estava, na verdade, foragido. Em um

1 Referimo-nos ao Núcleo de Pesquisa em Psicanálise, Educação e Cultura (NUPPEC/UFRGS) - Eixo Psicanálise, Educação, Adolescência e Socioeducação. Este eixo dedica-se a investigar as condições do laço social contemporâneo com ênfase no tema da adolescência de sujeitos em situação de violência e vulnerabilidade. No grupo, participam docentes de diferentes IE's do Brasil, pesquisadores associados, mestrandos e bolsistas. Para outras informações: www.ufrgs.br/nuppec e www.facebook.com/nuppec.

2 Os cinco principais direitos e garantias fundamentais previstos pela Constituição Federal referem-se à “inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]”. Somam-se a esses os direitos sociais, a saber, “a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados [...]” (BRASIL, 1988).

3 Nome fictício adotado a fim de garantir o anonimato dos jovens que participam das *Rodas de R.A.P.*



dado momento, os meninos foram abordados por dois policiais e tiveram suas *fichas puxadas*.

Na época, Ademar estava *sereno*, sem nenhuma *bronca* em seu nome. Contudo, ao revistarem a mochila de Ademar, os policiais acharam três cigarros de maconha – o suficiente, segundo ele, para ser apreendido por tráfico de drogas. Ao invés de ter sido conduzido ao Departamento Estadual da Criança e do Adolescente (DECA), órgão responsável pela apuração de atos infracionais, o menino escutou dos policiais: “*tu já sabe o procedimento, né?*”.

“*Sei sim*”. Imediatamente, Ademar colocou-se a mastigar os cigarros na tentativa de engoli-los. O *procedimento* incluiu também um jato de *spray* de pimenta em seus olhos, além de uma perseguição que o obrigou a correr por aproximadamente seis quadras enquanto estava com uma arma apontada em sua direção: “*corre, tu vai correr até onde a gente mandar*”.

Ao se autorizar a narrar essa cena, foi como se Ademar tivesse oferecido condições para que seus colegas de *Roda* também fizessem o mesmo em relação a vivências similares. Em meio ao compartilhamento das violências sofridas, um dos jovens tomou a palavra para questionar: “*nesses casos aí, sabe por que eles não nos prendem? É para poder nos esculachar, nos humilhar*”. Tal constatação foi legitimada por Ademar e por outros meninos que, de diferentes maneiras, assentiram positivamente.

Esse recorte do trabalho com as *Rodas de R.A.P.*, representado a partir do fragmento de experiência acima, suscitou-nos a pergunta: quais pressupostos podem nortear o pesquisador em psicanálise em um espaço de escuta oferecido para jovens que relatam ser *humilhados e esculachados* pelo ente público que deveria, justamente, com seus atos, garantir os direitos desses meninos?

A dimensão ético-política da psicanálise e a política das sobrevivências

Segundo Checchia (2015), a direção dada a qualquer tratamento é indissociável de seu papel social, de seus pressupostos éticos e políticos. Retomando a relação igualmente indissociável entre clínica e pesquisa (FREUD, 2010), sublinharíamos, ainda, que tal assertiva também é verdadeira para qualquer investigação que tenha a psicanálise como fundamento teórico-metodológico.

Em nosso campo, a política sustenta-se em uma ética específica e remete-nos, sobretudo, à finalidade do ato do psicanalista. Isso tanto no sentido do “fim/objetivo da experiência psicanalítica com cada analisante, quanto de maneira mais geral, à finalidade social de tal experiência” (CHECCHIA, 2015, p. 19). Sendo assim, todo pesquisador-psicanalista está, invariavelmente, implicado em uma política – quer ele explicita e se interrogue sobre isso em seus trabalhos, quer não.

A dimensão ética, por sua vez, articula-se à virada que Freud e Lacan põem em marcha com a proposição da ausência de um Bem Supremo – universal e apriorístico – capaz de orientar a experiência de ser e estar no mundo (FREUD, 1976; LACAN, 1992; GURSKI; STRZYKALSKI, 2018a). No lugar do Sumo Bem, apresentar-se-ia



um objetivo vazio, *das Ding*, que lança o sujeito em uma tentativa incessante de circunscrição do *real*⁴, daquilo que resta e insiste sem sentido na experiência humana diante de seu encontro com a linguagem.

A fim de elucidar a relação de imanência entre a função da psicanálise no laço social e sua política, Checchia (2015) problematiza dois conceitos psicanalíticos fundamentais: sintoma e cura. O autor diz

se o sintoma psíquico (seja no corpo ou nos pensamentos) é concebido como uma espécie de desajuste do indivíduo e a cura como sua (re)adaptação ao contexto social que o cerca, sua política será normativa. Já se o sintoma é considerado um tipo de resistência a um discurso que engessa o sujeito e a cura é reportada aos efeitos subjetivos da revelação de tal verdade, sua política tende a ser subversiva. (CHECCHIA, 2015, p. 19-20).

Ora, como sustentar uma política subversiva quando nos deparamos com uma sociedade fortemente atravessada por discursos normatizantes, individualizantes e patologizantes? De que modo é possível combater essa lógica que é, tantas vezes, perversa?

No que concerne ao contexto da socioeducação, sabemos que tais discursos se presentificam, não raro, pela própria maneira como os jovens em conflito com a lei são nomeados por parte do laço social: perversos, escória, imorais, irrecuperáveis. Esses são exemplos de significações que reduzem os adolescentes ao ato infracional cometido, operando aquilo que Lacadée (2011) chama de transformação da língua polissêmica em unívoca através de *programas de pensamento único* sustentados por um *falar verdadeiro*. É inquietante, pois, a partir da escuta nas *Rodas*, notamos que os próprios meninos acabam reproduzindo e se apropriando dessas nomações para falar de si próprios. Nesse sentido, desde a psicanálise, precisamos interrogar quais podem ser as estratégias de resistência a fim de que se apresente o *falar verdadeiro*?

Didi-Huberman (2011), no livro *A sobrevivência dos vagalumes*, tem nos dado pistas de como problematizar as questões supracitadas a partir da cara noção de ato de resistência criativo, um movimento que põe em marcha a busca por caminhos potentes, e não melancólicos, de elaboração dos atuais sintomas que suscitam mal-estar na cultura. Para tal reflexão, partimos do pressuposto de que a violência juvenil é um sintoma social, isto é, não se estabelece por força de patologias individuais dos jovens deste tempo, são atos que portam uma mensagem cifrada e que se originam a partir de questões do laço social.

Segundo o filósofo e crítico francês, o mal-estar nos leva, muitas vezes, a experimentar a sensação – tão familiar e contemporânea – de que não temos como

4 O real é o que não pode ser simbolizado totalmente na palavra ou na escrita, aquilo que não cessa de não se escrever. O real é um dos três registros que, junto ao simbólico e ao imaginário, fundam o que Lacan denominou RSI – as instâncias indissociáveis ligadas pelo nó borromeu, que dão conta da relação do sujeito com a falta. O real designa o impossível de ser simbolizado; o simbólico seria o lugar do significante e da função paterna; o imaginário seria o lugar supremo das identificações, lugar das ilusões do eu, da alienação do sujeito. Para outros detalhes, ver Roudinesco e Plon (1998).



resistir à máquina totalitária. Didi-Huberman (2011) discute que se aceitarmos tacitamente que não há o que possa ser feito com relação aos totalitarismos crescentes, corremos o risco de consentir com os chamados *conselheiros pérfidos*. Também conhecidos como *profetas da infelicidade*, esses seriam os representantes daqueles que querem nos fazer acreditar que não pode haver lampejos, um outro modo de falar sobre o ato criativo de resistência, no escuro de nosso tempo.

O interessante para nossa discussão é que, pelo caráter delirante de um discurso que beira a clarividência, as hipérboles apocalípticas dos *conselheiros pérfidos* parecem despertar, a um só tempo, incredulidade e fascínio. É, justamente, sobre os perigos decorrentes da fascinação que nos alerta Huberman. Ao endossarmos a narrativa de que estamos “condenados de qualquer forma” (DIDI-HUBERMAN, 2011, p. 39), estamos autorizando que os *profetas da infelicidade* ocupem o trono de juízes supremos, lugar desde onde definem, arbitrariamente, o estatuto do fim dos tempos. Nos termos propostos por Lacadée (2011), lhes autorizamos, portanto, a instalar um *programa de pensamento único*.

Como alternativa à luz (*luce*) “ofuscante de um espaço e de um tempo apocalípticos” (DIDI-HUBERMAN, 2011, p. 79), Didi-Huberman evoca o lampejo, a pequena luz (*luciolina*) intermitente que emitem os vaga-lumes (*lucioles*). Sua reflexão tem como ponto de partida o artigo de Pier Paolo Pasolini, publicado em 1975, que ficou conhecido como *O artigo dos vaga-lumes*. Gaglianone (2017) assevera que o texto de Pasolini é uma espécie de “lamento fúnebre” do desaparecimento dos vaga-lumes, compreendidos enquanto “fulgurações figurativas de momentos de graça que resistem ao mundo do terror [...] em um contexto político e histórico marcado pelo aniquilamento da inocência graças ao fascismo triunfante”.

Enquanto Pasolini parece chorar a suposta morte dos vaga-lumes, Didi-Huberman toma um desvio e propõe uma *política das sobrevivências*. Fundamentada, especialmente, na noção de indestrutibilidade da experiência, essa política nos impele a reconhecer “no mínimo vagalume uma resistência, uma luz para todo o pensamento” (DIDI-HUBERMAN, 2011, p. 67).

Podemos tecer interlocuções entre a *política das sobrevivências*, seu respectivo reconhecimento da potência dos lampejos dos vaga-lumes e a política que norteia as intervenções nas *Rodas de R.A.P.* Isso porque a finalidade desse dispositivo é produzir o que temos nomeado como *efeitos de sujeito*, momentos em que aquele que nos fala é capaz de resistir à *língua unívoca* ao formular novos sentidos para si e para o mundo. Ao conseguir reestabelecer condições de uma narrativa orientada pelo princípio metonímico do desejo, o sujeito abre espaço para que surja, em seu discurso, um intervalo, uma hiância entre o que não existe e o que está prestes a existir.

É nesse espaço vazio da cadeia significativa, que outrora encontrava-se saturada de sentidos, que emergem os lapsos, os atos falhos, a vacilação, os não ditos. Ressalta-se que, longe de constituírem elucidações extravagantes ou *insights* mirabolantes, são detalhes que, frequentemente, passam despercebidos pela própria pessoa que os enuncia.

Em meio ao ritmo oscilante e intermitente do inconsciente, tão similar aos



lampejos dos vaga-lumes, cabe àquele que escuta colocar-se em atenção flutuante, sem buscar notar nenhum assunto em particular. Essa é a condição necessária para que, tal qual um pesquisador catador-de-restos (GURSKI; STRZYKALSKI, 2018b), os fragmentos do sujeito possam lhe aparecer grifados na escuta, significantes que serão a matéria-prima primordial das intervenções do pesquisador em psicanálise. Entendemos, assim, que subverter a relevância do mínimo detalhe, dos restos, da pequena luz em detrimento à luz ofuscante, é o que aproxima a dimensão ético-política das *Rodas de R.A.P.* do conceito de *política das sobrevivências* proposto por Didi-Huberman (2011).

Outra derivação da ideia de que não há a morte da experiência é a expressão *organização do pessimismo* que o filósofo utiliza ao nomear o que sugere ter sido uma espécie de estratégia usada por Walter Benjamin quando vagava errante por uma Europa tomada pelos totalitarismos crescentes da década de 1930. Naquela época, o filósofo das margens soube identificar os lampejos que podiam surgir de fragmentos do cotidiano, transformando-os em conceitos e reflexões que ressoam até hoje, passados quase 80 anos de sua morte.

Didi-Huberman (2011) provoca-nos, no melhor sentido do termo, a fazer do empobrecimento da experiência algo que nos desacomode, um tipo de vetor passível de nos impulsionar ao desafio de pensar novas formas de produzir outras experiências frente às adversidades do contemporâneo. Se tomarmos a realidade brasileira que denuncia um verdadeiro recrudescimento das práticas democráticas e das conquistas das minorias sociais (GURSKI, 2018), tal provocação parece-nos a metáfora de um sopro de esperança necessário.

É nesse sentido que seguimos insistindo na aposta ético-política de uma produção de conhecimento articulada às demandas sociais contemporâneas, principalmente no tocante ao mal-estar decorrente das manifestações da violência juvenil; tal postura tem sido uma importante estratégia de resistência que faz frente ao *falar verdadeiro dos conselheiros pérfidos*. A partir desse posicionamento, decorre o compromisso que temos com o alargamento das bordas da escuta psicanalítica, ou seja, de levá-la para outros sítios que não somente o consultório tradicional, tal como as *Rodas de R.A.P.* na socioeducação.

A escuta psicanalítica para além dos espaços privados: um modo de lampejo

Ao pensarmos no exercício da psicanálise, que representação o imaginário social ainda produz? Não raro, vemos surgir a figura do psicanalista com o divã no consultório, isto é, a imagem de uma escuta do sofrimento do sujeito no que concerne à sua dimensão individual. Tal imagem é curiosa porque, desde os primórdios, Freud preocupava-se em levar a escuta psicanalítica para outros sítios que não somente a clínica privada (2010); também porque houve um grande esforço do pai da psicanálise em dar consistência à leitura dos sintomas do laço social.

Na esteira desse pensamento, temos as contribuições de Lacan (1998, p. 238) desdobradas de sua tese fundamental de que “o inconsciente é estruturado como uma linguagem”. Gurski e Perrone (no prelo) discutem, a partir do ensino de Lacan,



o desenvolvimento de uma concepção de sujeito que está imerso em um universo governado pelo desejo e determinado por uma ordem social introduzida pela aquisição da linguagem. Nesse sentido, se os sintomas resultam simultaneamente da estrutura singular e cultural, ao tornar os sintomas legíveis, a psicanálise faz emergir nuances que dizem respeito tanto ao sujeito quanto ao laço social que o circunda.

Podemos afirmar, então, que a existência de uma discussão cujo objetivo seja problematizar os impasses e possibilidades de uma psicanálise que atravessa os limiares dos espaços privados não é exatamente uma novidade. Contudo, trata-se de uma discussão que precisa ser constantemente atualizada, pois cada laço social, em cada época histórica, produzirá configurações diversas de gozo e de formações sintomáticas (GURSKI, 2017).

Se, hoje, a violência juvenil assume esse lugar de destaque como forma de expressão do mal-estar, lembremos que isso nem sempre foi assim. Nos primórdios da psicanálise, tínhamos os inquietantes sintomas das histéricas da era vitoriana e, mais tarde, também o sofrimento dos neuróticos de guerra, ambos fazendo a função de interrogantes das condições do laço social. Em função de estarmos cientes disso, afirmamos, juntos com Lacan (1998, p. 321), que ter “[...] em seu horizonte a subjetividade de sua época” talvez seja o principal compromisso ético-político de todo psicanalista que topa atualizar a questão sobre modos de levar a escuta psicanalítica e seus fundamentos para outros sítios.

Em *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise*, mais conhecido como *Discurso de Roma*, Lacan (1998), ao refletir sobre os caminhos da formação, faz um apelo ao despertar dos psicanalistas. No escrito, ele pergunta se ao ser tomada como doutrina, a teoria freudiana não correria o risco de ficar reduzida a um certo “formalismo enganador que, desencoraja a iniciativa ao penalizar o risco, e que faz do reino da opinião dos doutos o princípio de uma prudência dócil onde a autenticidade da pesquisa se embota antes de se esgotar?” (LACAN, 1998, p. 240).

A partir de tal problematização, Lacan destaca a importância de não nos resignarmos à docilidade da repetição doutrinária em nome de um suposto rigor falacioso. De fato, diante de um excesso de prudência, não há como haver um espaço legítimo desde onde a experiência possa vir a interrogar os fundamentos. Adotando essa posição, assistimos ao apagamento da autenticidade e da criatividade próprias da pesquisa psicanalítica.

É interessante, pois, já na abertura do *Seminário 1*, Lacan (2009, p. 9) afirma que “o pensamento de Freud é o mais perpetuamente aberto à revisão”. Mais adiante, ao debruçar-se sobre a discussão do texto *Introdução ao Narcisismo* (1914, p. 163), o psicanalista assevera que Freud não “dissimula de modo algum as obscuridades e os impasses, [...] ele não traz uma solução, mas abre uma série de questões, nas quais devemos tentar nos inserir”. Novamente, são trechos recolhidos da obra lacaniana que destacam a importância de podermos nos autorizar a criar o novo, a formular aquilo que ainda não existe – isso, contudo, sem nos afastarmos dos fundamentos da teoria psicanalítica.

Diante de novas formas de expressão do sofrimento, como uma posição de um certo excesso de prudência dócil poderia nos ajudar a não sucumbir aos *profetas da*



infelicidade? Quando a experiência nos exige algo que ainda não foi pensado, algo da ordem dos atos de resistência criativos, dos lampejos, de que vale uma teoria que se esgota em si mesma? É justamente porque nos deixamos interpelar pelo mal-estar de nosso tempo social que a *subjetividade de nossa época* se torna uma espécie de porta-voz; é por isso, também, que recusamos a repetição doutrinária e o silenciamento da experiência evocados por Lacan (1998). Talvez seja interessante lembrar ainda que o próprio Lacan, em seu tempo, soube reinventar a psicanálise freudiana ao retomar a potência de sua origem que estava perdida em meio ao mundo da razão e das cicatrizes restantes de uma Europa pós-fascismo.

O compromisso com as problematizações da cultura em que vivemos também nos leva à vontade de não ficarmos presos em uma docência adormecida, exilados na sala-de-aula ou ainda nos laboratórios de pesquisa das universidades. Topar o risco de alargar as bordas da teoria a partir das variáveis de nosso tempo é também fruto da inspiração em Freud e Lacan. Afinal, ao somente recitarmos os conceitos consagrados, apagando a dimensão da pesquisa, do novo e das formas pelas quais o sintoma se apresenta em cada época, corremos o risco de transformar a psicanálise no museu de Grévin, o museu de cera de Paris, como dizia Maud Mannoni (1990).

Nesse sentido, registramos aqui a possibilidade de que a experiência possa fazer furo na teoria (MANNONI, 1990; GURSKI, no prelo). Levar a experiência da palavra a esses outros espaços, diferentes do *setting* padrão e ouvir o que a teoria ainda não disse, como costumava lembrar Michel de Certeau (como citado em MANNONI, 1990), é considerar, acima de tudo, a dimensão da alteridade e dos fundamentos da ética psicanalítica. Esse desdobramento da clínica resulta de uma aposta pelo caminho que nos leva a construir espaços de acolhimento para o mal-estar e o sofrimento psíquico de adolescentes em situação de vulnerabilidade e daqueles que trabalham com eles.

Psicanálise, Socioeducação e Política: algumas articulações em Rede

Miriam Debieux Rosa (2016) nos lembra que psicanálise, sociedade e política são termos que relançam a articulação do sujeito com o desejo, com o gozo e com o laço social como laço discursivo, sendo aquilo que de fato possibilita pensar em uma prática clínica-política. Nesse diapasão, nos perguntamos: como adensar a prática da psicanálise frente aos desassossegos produzidos em meio a realidades marcadas por injustiças sociais, preconceitos e, não raro, silenciamentos históricos de parcelas da população?

Trabalhando com juventude, adolescência e violência, nos perguntávamos: como escutar o mal-estar dos jovens da socioeducação, que, não por acaso, são, em sua maioria, negros e em situação de vulnerabilidade social? Como abordar nossos jovens em conflito com a lei, quando, diariamente, vemos a delinquência como sintoma nacional, disseminada pelos meandros da vida pública e impregnada nas atitudes de nossos principais dirigentes? Como coibir a conflitiva com a lei, própria da passagem adolescente, quando os adultos responsáveis pela condução do país afundam em meio a escândalos de corrupção e roubos milionários, tornando a delin-



quência um traço característico da elite política do Brasil? Como levar a escuta psicanalítica para espaços onde o laço social parece se desfazer? (GURSKI, no prelo).

Enlaçados aos diferentes nós desse fazer, fomos, pouco a pouco, problematizando nossas ações na direção de uma parcela de jovens brasileiros que revela, em estatísticas de morte, o modo como temos lidado com a juventude pobre e negra do país. O atlas da violência de 2017 (IPEA & FBSP), por exemplo, mostrou que jovens negros e de baixa escolaridade, entre 15 e 29 anos, são as principais vítimas de mortes violentas no país. Ainda, pelo relatório da UNICEF (2017), o Brasil foi apontado como o sétimo país que mais mata jovens no mundo.

Sabemos que esses meninos e meninas, que cumprem medidas socioeducativas por atos que cometeram individualmente, são penitenciados pela ausência de políticas públicas sérias e comprometidas em diminuir as desigualdades no país. Incluímos aqui a própria política socioeducativa que poderia ser uma intervenção potente, mas que acabou sendo igualmente corroída pelo teor punitivista, ainda que, como se sabe, as diretrizes preconizadas pelo SINASE (BRASIL, 2012, p. 47) apontem para a prevalência da ação pedagógica em detrimento de seus aspectos meramente sancionatórios. Contrariando, por conseguinte, os princípios do SINASE (BRASIL, 2012), trata-se de um arranjo discursivo que desimplica a sociedade, uma vez que está baseado em uma concepção de que o ato infracional é de responsabilidade única e exclusiva daquele que o protagonizou.

Diante desse quadro, sustentamos a criação de coletivos cujo objetivo é o fortalecimento de estratégias capazes de fazer frente ao desafio de olhar para uma parcela de sujeitos invisíveis e matáveis de nosso laço social. Em Rede, articulando a escuta à política e recusando o individualismo sintomático de nosso tempo, discute-se as inúmeras possibilidades de articulação da Psicanálise com as políticas de juventude em situação de vulnerabilidade, ao tema da violência e aos outros campos de saberes e fazeres que nos ajudam a problematizar essas ações.

As intervenções em Rede⁵, para além dos trabalhos de cada pesquisador em seus polos, pressupõem a aposta na diversidade de saberes e experiências. Criar formas de encontro da pesquisa acadêmica com a sociedade e com as políticas públicas, nas quais se inclua o trabalho com aquilo que, no laço social, produz mal-estar e urgência em relação a uma parcela de nossa juventude, é, também, um modo de evocar os efeitos políticos da escuta. Nesse âmbito, destacamos que considerar a articulação da psicanálise com a dimensão ético-política, em sua nuance subversiva, é o que nos ajuda a construir, em nosso campo de atuação, um saber-fazer com as questões de nosso tempo. Saber-fazer esse que parte, assim como Didi-Huberman (2011), da indestrutibilidade da experiência e da *política da(s) sobrevivência(s)*.

5 Referimo-nos aqui a Rede Internacional Coletivo Amarração: psicanálise e políticas com juventudes, uma rede construída por pesquisadores docentes de diferentes Instituições de Ensino Superior do Brasil (UFRGS, UFSM, USP, UFMG, UNIFOR PUCMG), da Colômbia, da Argentina e da França, cujas pesquisas e estudos referem-se ao tema das articulações da psicanálise com as políticas referentes à juventude em situação de vulnerabilidade e ao tema da violência. Seu principal objetivo tem sido disseminar novas perspectivas discursivas sobre o valor da vida juvenil de forma a promover, em Rede, rotas alternativas à violência urbana, à criminalidade e à mortalidade dos jovens.



REFERÊNCIAS

- BRASIL. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- BRASIL. (2012). *SINASE. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo*. Recuperado de: <http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/sinase.pdf>
- CHECCHIA, M. *Poder e política na clínica psicanalítica*. São Paulo: Annablume, 2015.
- DEBIEUX, M. R. *A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento*. São Paulo: Escuta/Fapesp, 2016.
- DIDI-HUBERMAN, G. *A sobrevivência dos vaga-lumes*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- FREUD, S. Novas conferências introdutórias sobre a psicanálise. In: FREUD, S. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. 22. (Original publicado em 1933).
- FREUD, S. Caminhos da terapia psicanalítica. In: FREUD, S. *Obras completas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. vol. 14. p. 279-292. (Original publicado em 1919).
- Freud, S. Recomendações ao médico que pratica a Psicanálise. In: FREUD, S. *Obras completas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. vol. 10. p. 147-162. (Original publicado em 1912)
- GAGLIANONE, I. *Sobrevivência dos vaga-lumes, O Benedito*. 2017. Recuperado de: <https://obenedito.com.br/sobrevivencia-dos-vaga-lumes/>.
- GURSKI, R.; PERRONE, C. A dimensão ético-política da pesquisa psicanalítica na socioeducação: notas sobre Freud, Benjamin, o sonho e o despertar. In: POLI, M. C. (org.). *Paradoxos e cisões na política brasileira: efeitos para o sujeito*. São Paulo: Edusp. (no prelo).
- GURSKI, R.; STRZYKALSKI, S. A escuta psicanalítica de adolescentes em conflito com a lei: que ética pode sustentar esta intervenção? *Revista Tempo Psicanalítico*, v.50n. 1, p. 72-98, 2018a.
- GURSKI, R.; STRZYKALSKI, S. A pesquisa em Psicanálise e o 'catador de restos': enlaces metodológicos. *Revista Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, v. 21, n. 3, p. 406-415, 2018b.
- GURSKI, R. Jovens "infratores", o rap e o poetas: Deslizaamentos da vida nua à vida "loka". *Revista Subjetividades*, v.17, n. 3, p. 45-56, 2017.
- GURSKI, R. A construção da Rede de Psicanálise e Política e o lampejo: ato e resistência [conferência]. In: Evento preparatório para o I CONGRESSO DA REDIPPOL – Rede Interamericana de Psicanálise e Política. Universidade de São Paulo – USP, 2018.
- GURSKI, R. A escuta-flânerie como efeito ético-metodológico do encontro entre Psicanálise e Socioeducação. *Revista Tempo Psicanalítico*. (No prelo).
- IPEA & FBSP. *Atlas da Violência*. 2017. Recuperado de: <http://www.ipea.gov.br/portal/>



images/170609_atlas_da_violencia_2017.pdf

LACADÉE, P. *O despertar e o exílio: ensinamentos psicanalíticos da mais delicada das transições, a adolescência*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2011.

LACAN, J. *O Seminário, livro 7: A ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992. (Original publicado em 1959-60).

LACAN, J. A direção do tratamento e os princípios de seu poder. *In: LACAN, J. Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 591-652. (Originalmente publicado em 1958).

LACAN, J. Função e campo da fala e da linguagem. *In: LACAN, J. Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 238-324. (Original publicado em 1953).

LACAN, J. *O Seminário, livro 1: Os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009. (Original publicado em 1953-54).

MANNONI, M. *O que falta a verdade para ser dita*. Campinas: Papyrus, 1990.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

ROUDINESCO, E. *Lacan, a despeito de tudo e de todos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

UNICEF. *A familiar face: violence in the lives of children and adolescents*. 2017. Recuperado de: https://www.unicef.org/publications/files/Violence_in_the_lives_of_children_and_adolescents.pdf3

